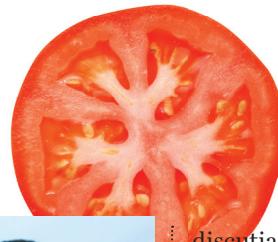




CAPA

O BNDES de Maria Sílvia
alivia as empreiteiras



privatizações e sogro de Maia. Negou ter planos de fazer uma delação, “coisa de criminoso”, mas prometeu contar suas histórias em um livro até o fim do ano. Uma obra para narrar, disse, o enredo do *impeachment*, com diálogos e tudo.

Antes de encerrar a entrevista e deixar o Salão Verde aos gritos de “vai sair algemado de camburão” disparados por um pequeno grupo de ativistas anti-Cunha, o ex-deputado ainda teve tempo de atacar a Rede Globo, apontada como outro algoz. E ele bem que tentou chantagear o canal para obter um noticiário mais conveniente a seu salvamento, segundo um deputado das relações de Cunha.

A chantagem teria ocorrido por meio da CPI da Máfia do Futebol. Instalada em março, a comissão de inquérito discutiu vários requerimentos embarracosos para a emissora. Uns convocavam executivos globais, como o diretor Sergio Lourenço Marques, de Finanças e Relações Corporativas, ou ex, como Marcelo Campos Pinto, responsável durante anos pelas negociações com clubes. Outros pretendiam obter cópias de contratos da Vénus Platinada com a Confederação Brasileira de Futebol. Tudo orquestrado por Cunha, conforme o interlocutor dele.

Em meio à fumaça de pizza, outra estrela do *impeachment* teve motivos para aborrecimentos nos últimos dias, Gilmar Mendes, ministro do Supremo. O magistrado que tanto se esforçou pela derrubada de Dilma, em desjejuns com Eduardo Cunha e almoços com José Serra, agora é também alvo de um pedido de *impeachment*. Ou melhor, de dois. Um dia após a troca na presidência do STF, juristas protocolaram no Senado petições destinadas a destituir o cargo e a inabilitá-lo para funções públicas por oito anos. Uma delas, liderada pelo ex-procurador-geral da República Claudio Fonteles, sustenta que Mendes

GILMAR MENDES CONSPIROU COM CUNHA E COM SERRA. É ALVO DE UM IMPEACHMENT POR, ORA VEJAM, "FILIAÇÃO PARTIDÁRIA"

cometeu crimes de responsabilidade definidos na Lei do Impeachment.

Pela norma, ministro do STF comete crime se “proferir julgamento quando, por lei, seja suspeito na causa”, “exercer atividade político-partidária”, “ser patentemente desidioso no cumprimento dos deveres do cargo” e “proceder de modo incompatível com a honra, dignidade e decoro de suas funções”. A petição lista várias situações onde Mendes teria violado as regras em cada item. Por exemplo, ele nunca se declararia impedido de julgar causas em que uma das partes é o advogado Rodrigo Mudrovitsch, seu advogado particular e seu funcionário no Instituto de Direito Público. Teria sido “patentemente desidioso” ao postegar por quase um ano o processo que

discutia a constitucionalidade do financiamento empresarial de campanha. E agido de “modo incompatível” ao dizer recentemente que a Lei da Ficha Limpa era obra de “bêbados”.

A outra petição, liderada por um grupo de juristas de São Paulo, Fábio Konder Comparato à frente, prioriza a acusação de que Mendes age com partidarismo. Acusa-o de ser “extremamente leniente” em casos de interesse dos tucanos e “extremamente rigoroso” com aqueles referentes aos petistas, “não escondendo sua simpatia por aqueles e sua ojeriza por estes”. Dois exemplos de tucanismo. Na eleição de 2010, Mendes era presidente do STF e atendera a um pedido de Serra, então candidato ao Planalto, para não botar em votação uma ação petista contra uma determinada lei eleitoral. Recentemente, quando Janot pedira ao Supremo aval para investigar Aécio, Mendes prontamente negou, na condição de relator – recuaria depois, por insistência da Procuradoria.

O ministro é peça nas acomodações a exalar odores de pizza na capital federal. Preside a Segunda Turma do STF, uma das duas divisões do tribunal, justamente aquela encarregada de julgar os políticos processados ou investigados na Lava Jato – operação, ressalte-se, que ele passou a atacar quando se aproximou dos tucanos. De quebra, comanda o TSE, onde poderá ser decidido o futuro de Temer na ação movida pelo PSDB de cassação da chapa de Dilma Rousseff eleita em 2014. Responsável por examinar o pedido de *impeachment* de Mendes, Renan Calheiros, presidente do Senado, tinha sido sondado preliminarmente por gente interessada no assunto. Com dez processos nas costas no STF, consta que Calheiros teria sido curto e grosso: não aceitaria de jeito nenhum, pois dependia de Mendes para se salvar.

Brasília vive dias não de “salve-se quem puder, mas vamos nos salvar todos”. •